Primeiro Relatório do Monitor Independente sobre o Mecanismo de Gestão de Reclamações da Montepuez Ruby Mining

Relatório Público I

23 Março de 2022

Portuguese Translation
This document is a translation of the original, which appears in English. In the event of conflict between these versions, the English version will prevail. Translation prepared in July 2025.

Tradução para o Português
Este documento é uma tradução do original, escrito em Inglês. Em caso de conflito entre as versões, a versão em Inglês prevalecerá. Tradução preparada em Julho de 2025.

CONTEÚDOS

1 INTRODUÇÃO E ANTECEDENTES DESTE RELATÓRIO DO MONITOR INDEPENDENTE 5

1.1 Mecanismo de Gestão de Relamações da Montepuez Ruby Mining 5

1.2 O Monitor Independente 6

1.3 Âmbito e Metodologia 7

2 IMPLEMENTAÇÃO DO MECANISMO DE GESTÃO DE RECLAMAÇÕES 8

3 AVALIAÇÃO DO MECANISMO OPERACIONAL DAS RECLAMAÇÕES 9

4 CONCLUSÃO 13

4.1 Desenvolvimentos futuros 13

4.2 Comentários Finais 13

As informações contidas neste relatório são a visão dos avaliadores e não representam as opiniões das empresas ou organizações incluídas no relatório, nem as opiniões de quaisquer outros participantes envolvidos. Os autores acreditam que as informações fornecidas são precisas e fiáveis, mas são fornecidas sem qualquer tipo de garantia. Este relatório foi encomendado em termos que limitam especificamente a responsabilidade dos autores. Os autores elaboraram este relatório com toda a competência, cuidado e diligência razoáveis dentro dos termos do contrato com o cliente. As nossas conclusões são resultados do exercício do nosso juízo profissional baseado em parte em materiais e informações fornecidos pelo cliente e outros no momento da avaliação. Isentamo-nos de qualquer responsabilidade perante o cliente e terceiros em relação a quaisquer questões fora do âmbito do trabalho. Este relatório é confidencial para o cliente e não aceitamos qualquer responsabilidade de qualquer natureza para com terceiros a quem este relatório, ou qualquer parte dele, seja levado ao conhecimento.
Qualquer parte que confie no relatório é por sua conta e risco. Nenhuma parte deste documento pode ser reproduzida sem a aprovação prévia por escrito da Synergy Global Consulting Ltd e da Montepuez Ruby Mining.

Foto por Jeremy Bishop on Unsplash

1 INTRODUÇÃO E ANTECEDENTES DESTE RELATÓRIO DO MONITOR INDEPENDENTE

Este relatório público do Monitor Independente avalia a implementação do Mecanismo de Reclamações Operacionais (OGM) da Montepuez Ruby Mining (MRM), uma empresa da Gemfields localizada no distrito de Montepuez, em Cabo Delgado, Moçambique.

O OGM foi criado para respeitar os direitos humanos, proporcionando acesso a reparação a pessoas que sofreram impactos adversos, incluindo vítimas de graves violações dos direitos humanos, como resultado das operações da MRM. Ao fazê-lo, o OGM auxilia a MRM a implementar os seus compromissos de política de direitos humanos[1] e alinhar com as normas internacionais, como os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGPs), que afirmam que as empresas têm a responsabilidade de respeitar os direitos humanos e devem facilitar o acesso a soluções.

Neste relatório, o Monitor Independente avalia a eficácia do OGM da MRM na disponibilização de acesso a recursos para os queixosos, incluindo vítimas de relatos de abusos graves de direitos humanos. O principal objectivo da avaliação é melhorar o desempenho do OGM e, consequentemente, contribuir para um maior respeito e usufruto dos direitos humanos entre as pessoas que vivem na área mineira do MRM e arredores.

Este relatório é o primeiro relatório público do Monitor Independente e abrange o desempenho do OGM entre 1 de junho e 30 de novembro de 2021. A Gemfields começou a conceber e a desenvolver o OGM em janeiro de 2019 e lançou formalmente o OGM no dia 4 de fevereiro de 2021, após uma fase piloto iniciada em outubro de 2020, na qual testou e melhorou o OGM. O Monitor Independente avaliou o período da fase piloto antes deste relatório, num relatório interno. Antes de fornecer a avaliação do Monitor Independente sobre o OGM, esta secção apresenta o OGM, incluindo o seu propósito, âmbito e processo, e explica o papel do Monitor Independente.

1.1 Mecanismo de Gestão de Relamações da Montepuez Ruby Mining

O OGM da MRM resulta de um acordo judicial de não admissão de responsabilidade de 2019 entre a Gemfields e a Leigh Day, um escritório de advogados do Reino Unido, sobre alegações de que a equipa de segurança da MRM e as forças estatais moçambicanas, ao prestarem um serviço de segurança à MRM, cometeram graves abusos dos direitos humanos contra indivíduos que vivem dentro e ao redor da concessão mineira da MRM em Montepuez, Moçambique. O OGM é um processo não judicial que foi concebido, de acordo com os UNGPs e a lei moçambicana, como um mecanismo "para respeitar os direitos humanos, recebendo, avaliando e remediando queixas sobre impactos adversos causados, contribuídos ou directamente ligados às operações da MRM ou (sub)contratadas" no distrito de Montepuez.[2] Uma Estrutura e Manual Operacional do OGM (o Manual) foram desenvolvidos para fornecer aos participantes do OGM uma ferramenta de referência para auxiliar na implementação. O OGM pode receber questões e pedidos relacionados com as operações da MRM, que o OGM encaminhará para os mecanismos apropriados para resolução.

[1] Incluindo a Política de Direitos Humanos e a Política de Envolvimento Comunitário e Meios de Subsistência do MRM
[2] *Estrutura e Manual Operacional do MRM OGM* (Versão datada de 12 de maio de 2021), p.9.

A Gemfields comprometeu-se a conceber e implementar o OGM de acordo com a lei Moçambicana e as normas internacionais de direitos humanos, como os UNGPs. Como parte deste compromisso, a Gemfields estabeleceu três níveis para o OGM. O Nível 1 é gerido pela MRM e investiga, resolve e corrige as queixas operacionais. O Nível 2 é supervisionado e amplamente controlado por um Painel Independente de membros da sociedade civil local e nacional com um mandato, procedimentos e salvaguardas especiais para investigar, resolver e remediar queixas relacionadas com alegados impactos graves nos direitos humanos ou outros incidentes graves. O Painel Independente é apoiado por um Secretariado do Painel Independente, composto por Oficiais de Reclamações que recebem e processam as queixas, uma Equipa de Apuração de Factos que investiga as queixas e um Administrador do Painel. O segundo nível conta ainda com um Painel de Apelação independente, um Gestor de Fundos e Peritos Externos também apoiam o Painel Independente. Por último, o Nível 3 é um processo para encaminhar os crimes de natureza pública, nos termos da secção 160 do Código Penal de Moçambique, para o Ministério Público (dentro do Ministério Público), garantindo, na medida do possível, que os queixosos e as testemunhas recebem as salvaguardas adequadas.

O Manual cria vários pontos de acesso para os queixosos enviarem queixas diretamente à MRM ou intervenientes independentes, salvaguardas e apoio aos queixosos, um procedimento detalhado de queixa, protocolos de gestão de dados, programas de reparação e orientações de compensação.

1.2 O Monitor Independente

Para fornecer uma visão independente sobre a OGM e a sua eficácia em fornecer acesso a recursos às pessoas que vivem dentro e em redor da área mineira do MRM, existe um Monitor Independente. O Monitor Independente cria responsabilidade e contribui para melhorias contínuas através do seu mandato "para ajudar a avaliar a OGM de acordo com os critérios de eficácia dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGPs)".3A avaliação inclui a avaliação de como o MRM e o Painel Independente estão a implementar o Manual, bem como a identificação de riscos para a eficácia do OGM. O Monitor Independente deve também enviar recomendações razoáveis para melhorias contínuas ou medidas corretivas, que o MRM e/ou o Painel Independente devem levar avante e implementar.

O Monitor Independente avalia a OGM continuamente e envia ao MRM e ao Painel Independente um relatório de progresso a cada seis meses durante o período de dois anos em que a OGM receberá queixas que envolvam alegações de graves impactos nos direitos humanos. O relatório de progresso do Monitor Independente fornece uma perspectiva independente sobre a OGM, uma vez que o MRM e o Painel Independente apenas fornecem comentários sobre a precisão factual das conclusões.

Como parte do compromisso da MRM de implementar uma OGM consistente com os UNGP, o Manual exige que a MRM e a Gemfields publiquem um resumo do relatório do Monitor Independente, incluindo apenas o número e o resultado das queixas apresentadas e determinadas pelo processo da OGM, e uma avaliação da independência, justiça e acessibilidade da OGM, nos seus websites e durante as reuniões da comunidade e de outras partes interessadas, com a devida consideração pela confidencialidade e anonimato dos queixosos.

3 *Estrutura e Manual Operacional do MRM OGM,* pág. 37

1.3 Âmbito e Metodologia

O Monitor Independente concluiu o seu primeiro relatório de progresso em Fevereiro de 2022, avaliando o período de 1 de Junho a 30 de Novembro de 2021. A metodologia do Monitor Independente baseou-se numa extensa revisão bibliográfica das orientações e melhores práticas internacionais. É baseado no risco, o que significa que se centra na identificação de problemas ou lacunas na implementação do Manual que estão a representar ou podem representar um risco significativo para os oito critérios de eficácia. Para recolher dados, o Monitor Independente envolveu regularmente as partes interessadas internas do OGM ao longo do ciclo de relatórios e realizou uma visita ao distrito de Montepuez, de 18 a 22 de Outubro de 2021, coordenada pelo Secretariado do Painel Independente. O Monitor Independente reviu os formulários e a documentação do OGM, os pontos de acesso físico, uma amostra de ficheiros de casos e a base de dados de reclamações. O Monitor Independente entrevistou requerentes cujas queixas estavam a ser processadas e/ou já resolvidas (foram escolhidos de acordo com critérios específicos, tais como o género, o tipo de queixa, o resultado da queixa, a aldeia onde o requerente vive e o ponto de acesso utilizado). O Monitor Independente entrevistou também funcionários da MRM e da Gemfields, bem como membros do Painel Independente e do Secretariado do Painel Independente (incluindo investigadores, agentes de queixas e o administrador do painel). Por último, o Monitor Independente observou também reuniões e compromissos internos entre os Investigadores de Factos e os queixosos, embora não tenha conseguido observar uma reunião do Painel Independente.

Este relatório é um resumo público do primeiro relatório de progresso do Monitor Independente. A secção seguinte deste relatório resume a forma como o MRM e o Painel Independente implementaram o OGM durante o período de avaliação e a secção seguinte avalia a eficácia dessa implementação.

2 IMPLEMENTAÇÃO DO MECANISMO DE GESTÃO DE RECLAMAÇÕES

Este relatório abrange o período de 1 de junho a 30 de novembro de 202. Antes de junho, a MRM implementou uma fase piloto do OGM, a partir de outubro de 2020, que testou o OGM em pequena escala para identificar problemas e implementar medidas corretivas, e lançou formalmente o OGM no dia 4 de fevereiro de 2021, após uma campanha local de sensibilização pública. O Monitor Independente avaliou o período de outubro de 2020 até ao final de maio de 2021 num relatório interno da fase piloto.

Desde a conclusão da fase piloto, a MRM e o Secretariado do Painel Independente contrataram pessoal adicional para o OGM e a MRM construiu um novo escritório especialmente construído para o Painel Independente e o seu Secretariado na aldeia de Namanhumbir. O Painel Independente reuniu quatro vezes para deliberar sobre queixas. A MRM abriu também um novo ponto de acesso para ao OGM num escritório comunitário da MRM em Namanhumbir.

Durante este período de avaliação, o OGM recebeu um número muito elevado de queixas. Processou uma proporção deles com os seguintes resultados:

- Os problemas e solicitações das comunidades locais foram encerrados e encaminhados para a equipa de envolvimento comunitário da MRM para resposta.
- A MRM e o Secretariado do PI reconheceram e encerraram uma proporção de queixas que estavam fora do âmbito temporal do OGM ou eram de queixosos que já tinham sido compensados pelo acordo de Leigh Day.
- A MRM e o PI estavam em discussões sobre como encerrar uma série de queixas em que os queixosos relevantes já não estavam disponíveis para contacto, apesar dos esforços razoáveis para os identificar.
- O Nível 1 resolveu e encerrou a maioria dos casos recebidos, proporcionando reparação aos queixosos cujas queixas foram consideradas comprovadas.
- O Nível 2 resolveu e encerrou uma pequena proporção de todas as reclamações recebidas. O Painel Independente concluiu que algumas queixas cumpriam o limite probatório e concedeu reparação, e concluiu que outras não cumpriam o limite probatório, notificou os queixosos e encerrou a queixa.

Até agora, os queixosos cujas queixas foram resolvidas relatam geralmente que se sentiram satisfeitos porque o OGM foi justo, sério e respeitoso.

O Monitor Independente não pode comunicar o número e os resultados das queixas enviadas e determinadas pelo processo do OGM, conforme exigido pelo Manual. Isto deve-se ao facto de a MRM, o Painel Independente e o seu Secretariado não terem disponibilizado esta informação publicamente aquando da implementação dos procedimentos do Manual para monitorização e relatórios regulares. A falta de relatórios públicos é um problema que representa um risco para a eficácia do OGM e o Monitor Independente recomendou à MRM, ao Painel Independente e ao seu Secretariado que resolvessem este problema e implementassem os requisitos de relatórios públicos do Manual.

3 AVALIAÇÃO DO MECANISMO OPERACIONAL DAS RECLAMAÇÕES

Para reportar a independência, justiça e acessibilidade do OGM, a Tabela 1 apresenta a avaliação do Monitor Independente do OGM em relação aos UNGPs. Além da avaliação, fornece recomendações resumidas, organizadas de acordo com cada critério de eficácia do UNGP.

Tabela 1. Avaliação da OGM em relação aos UNGPs

UNGPs Critérios de Eficácia	Definição	Avaliação	Recomendações resumidas
Legítimo	Permitir a confiança dos grupos de partes interessadas para cuja utilização se destinam, e sendo responsável pela conduta justa de queixa processos.	O elevado número de casos indica um nível geral de confiança entre as partes interessadas para cuja utilização se destina o OGM. Os requerentes que utilizaram o OGM também relatam que o processo é justo, sério e respeitoso, um indício da sua confiança no OGM. A estrutura organizacional do OGM que está a ser implementada para o Nível 2 está também a permitir um processo independente para a revisão e resolução de queixas, embora deva existir um procedimento claro sobre como alterar o Manual para salvaguardar a independência do OGM. A MRM e o Painel Independente (PI) não estão alinhados sobre a forma de implementar o processo de recurso, um dos principais processos para permitir a responsabilização dentro do OGM. Como resultado, o processo ainda não está a conduzir à resolução dos casos. O elevado volume de processos e os atrasos severos na resolução e encerramento das queixas são significativos e representam um grande risco para a legitimidade do OGM.	A MRM e o PI devem analisar em conjunto os problemas que causaram atrasos na resolução das queixas e implementar medidas para reduzir o elevado volume de casos. A MRM, o PI e o Secretariado do PI devem rever e melhorar em conjunto a forma como O OGM é explicada aos requerentes, certificando-se de que os requerentes compreendem que o processo de Nível 2 é independente da MRM. A MRM e o PI devem concordar e implementar conjuntamente um procedimento para modificar os processos do Manual e do OGM. A MRM e o PI devem rever e resolver em conjunto as questões relacionadas e levantadas pelo processo de recurso através do envolvimento e do diálogo.

UNGPs Critérios de Eficácia	Definição	Avaliação	Recomendações resumidas
Acessível	Ser conhecido por todos os grupos de partes interessadas cuja utilização se destinam, e fornecendo adequado assistência para aqueles que pode enfrentar barreiras particulares para acesso.	O elevado número de casos indica um nível geral de sensibilização entre as partes interessadas para cuja utilização se destina o OGM e que um grande número e variedade de partes interessadas conseguem aceder ao OGM. No entanto, alguns requerentes que sabem como aceder ao OGM não demonstram uma boa compreensão do funcionamento do mesmo. Existem também requerentes vulneráveis, como as famílias que residem na aldeia de reassentamento[4] e mulheres idosas, que não compreendem como aceder ao OGM e percebem que existem barreiras de acesso. No primeiro caso, as pessoas reassentadas por vezes não têm consciência da sua capacidade de apresentar queixas sobre o processo de reassentamento ao Nível 1 do OGM. Alguns requerentes vulneráveis também foram colocados em risco ao tentarem apresentar queixas.	A MRM e o PI devem implementar conjuntamente todas as medidas do Manual destinadas a permitir o acesso à reparação. A MRM deve conduzir campanhas de sensibilização e envolvimento mais frequente das partes interessadas e deve considerar fazê-lo em colaboração com o PI. A MRM deve envolver os grupos vulneráveis para rever a adequação e eficácia de todos os pontos de acesso e minimizar quaisquer barreiras ao acesso, devendo considerar fazê-lo em colaboração com o PI.
Previsível	Proporcionar um procedimento claro e conhecido com um tempo indicativo enquadramento para cada etapa e clareza sobre os tipos de processo e resultado disponível e meios de monitorização da implementação.	O OGM não está a proporcionar uma solução suficientemente previsível aos queixosos. O OGM tem procedimentos em vigor, mas estes não parecem ser suficientemente claros, dado que a MRM e o PI não concordam sobre a forma de implementar alguns procedimentos importantes do Nível 2. O OGM tem prazos indicativos, mas a MRM, o PI e o Secretariado do PI não os seguem, em grande parte devido a problemas com os procedimentos e à quantidade e disponibilidade de recursos para o OGM. O OGM tem uma carga de trabalho significativamente elevada e a MRM e o PI ainda não estão a gerir este risco de forma eficaz. A MRM identificou o risco, contratou o PI e está em processo de implementação de medidas corretivas. No final do período de avaliação, o problema ainda não tinha sido resolvido. Estas questões representam um risco para a previsibilidade do OGM e, consequentemente, potencialmente para a sua legitimidade e para o direito de reparação dos queixosos com queixas legítimas.	A MRM e o PI devem analisar em conjunto os problemas que causaram atrasos na resolução das queixas e implementar medidas para reduzir o elevado volume de casos. A MRM e o PI devem rever em conjunto o procedimento de reclamação, identificar problemas e acordar como implementar para permitir a previsibilidade. A MRM, o PI e o Secretariado do IP devem rever e melhorar em conjunto a forma como o OGM é explicado aos requerentes. A MRM deve organizar uma avaliação organizacional formal e independente da OGM.

[4]De acordo com o Plano de Ação de Reassentamento exigido e aprovado pelo governo.

UNGPs Critérios de Eficácia	Definição	Avaliação	Recomendações resumidas
Equitativo	Procurando garantir que as partes lesadas têm acesso razoável à fontes de informação, aconselhamento e conhecimento especializado necessário para se envolver num processo de reclamação em termos justos, informados e respeitosos.	O OGM tem acesso à informação para resolver os casos. Na maioria dos casos, são disponibilizadas informações e conselhos aos requerentes, e os requerentes referem que se sentem satisfeitos por terem conseguido contactar o OGM em termos justos, informados e respeitosos. Em alguns casos, o Secretariado do PI contratou peritos externos para obter informações. No entanto, a forma como o PI e o Secretariado do PI estão a implementar alguns procedimentos de Nível 2 cria um risco potencial de que os requerentes não tenham oportunidades iguais no OGM.	O PI e o Secretariado do PI devem rever o processo de avaliação de riscos e a implementação de apoios e salvaguardas. O PI e o Secretariado do PI devem demonstrar que os requerentes estão a ser informados sobre o seu direito de recurso e apoiados para o exercer. O PI e o Secretariado do PI devem garantir que os requerentes são capazes de apresentar contrapropostas de forma equitativa, adequada e eficaz.
Transparente	Manter as partes em reclamação informadas sobre o seu progresso e fornecer informações suficientes sobre o Mecanismo e seu desempenho para construir confiança na sua eficácia.	O número significativamente elevado de casos indica que muitas partes interessadas para cuja utilização se destina o OGM receberam informações sobre como apresentar queixas. No entanto, uma vez apresentada, o Secretariado do PI não consegue manter proactivamente todas as partes de uma queixa de Nível 2 informadas sobre o seu progresso devido à elevada carga de processos e aos atrasos na resolução das queixas. Como resultado, o OGM recebeu uma série de queixas recorrentes que afectam a sua previsibilidade. A MRM, o PI e o Secretariado do PI são transparentes com os requerentes sobre o elevado volume de casos e comunicam-lhes que haverá atrasos como medida para gerir as expectativas. A MRM e o PI não reportaram publicamente o desempenho e, como resultado, o OGM ainda não é transparente para as partes interessadas externas.	A MRM e o PI devem analisar em conjunto os problemas que causaram atrasos na resolução das queixas e implementar medidas para reduzir o elevado volume de casos. A MRM deve conduzir campanhas de sensibilização e envolvimento das partes interessadas com mais frequência e deve considerar fazê-lo em colaboração com o PI. A MRM e o PI devem rever e resolver em conjunto os problemas que impedem o OGM de reportar externamente e implementar integralmente os requisitos do Manual. A MRM, o PI e o Secretariado do PI devem rever e melhorar em conjunto a forma como o OGM é explicado aos requerentes, certificando-se de que os requerentes compreendem que o processo de Nível 2 é independente da MRM.
Direitos compatíveis	Garantindo que resultados e mediação decorrem de acordo com os regulamentos de direitos humanos internacionalmente reconhecidos.	O OGM conta com apoios e salvaguardas para proteger os direitos humanos das partes interessadas. Os requerentes referem estar satisfeitos por os riscos da utilização do OGM estarem a ser mitigados, que as salvaguardas são adequadas para proteger os seus direitos e que os resultados do OGM são compatíveis com os direitos. No entanto, os problemas de acessibilidade e os atrasos na implementação de apoios e salvaguardas representaram um risco para os direitos de alguns requerentes vulneráveis. Os atrasos severos na resolução das queixas representam também um risco para o direito de reparação dos queixosos com queixas legítimas.	O PI e o Secretariado do PI devem rever o processo de avaliação de riscos e a implementação de apoios e salvaguardas. A MRM e o PI devem demonstrar que o OGM está a responder aos riscos apresentados aos requerentes de forma sistemática, consistente e proporcional.

UNGPs Critérios de Eficácia	Definição	Avaliação	Recomendações resumidas
Uma fonte contínua aprendizado	Com base em dados relevantes, tomar medidas para identificar lições para melhorar o mecanismo e prevenir futuras queixas e danos.	A MRM e o PI estão a implementar parcialmente o processo do Manual para monitorar o OGM para identificar lições para melhorar o mecanismo e prevenir futuras queixas e danos. O OGM tem procedimentos para permitir a aprendizagem contínua, mas estes não estão a ser totalmente implementados. O PI não está a monitorar o OGM e a reportar, conforme exigido pelo Manual. A MRM monitora o OGM, incluindo através do envolvimento da comunidade, e com o PI identificou e geriu alguns problemas e riscos. A MRM também ainda está em processo de implementação de algumas medidas corretivas e, por isso, no momento da avaliação, alguns riscos permaneciam por resolver. A MRM e o PI não estão a implementar integralmente os requisitos de comunicação interna, que deveriam contribuir para medidas de prevenção de futuras queixas e danos.	A MRM e o PI devem implementar conjuntamente, e na íntegra, os requisitos do Manual relacionados com a monitorização e avaliação. O PI e o Secretariado do PI devem resolver todas as questões relacionadas com a base de dados. A MRM e o PI devem estabelecer e implementar conjuntamente processos claros que lhes permitam resolver problemas em conjunto e melhorar continuamente o OGM e prevenir futuras queixas e danos. A MRM deve conduzir campanhas de sensibilização e envolvimento mais frequente das partes interessadas e deve considerar fazê-lo em colaboração com o PI. A MRM deve demonstrar que o OGM está a conduzir a implementação de medidas preventivas na MRM.
Envolvimento e diálogo	Consultoria o grupos de partes interessadas para cujo uso se destinam deles estilo e desempenho, focando em diálgo como meio para abordar e resolver queixas.	A MRM consultou os grupos de partes interessadas para cuja utilização se destina o OGM durante a concepção do OGM e consultou-os formalmente sobre algumas questões-chave de desempenho. Como resultado, a MRM identificou alguns riscos para o OGM e procurou geri-los. O OGM implementa processos claros que permitem que as queixas sejam abordadas e resolvidas através do diálogo e do envolvimento com os queixosos. A MRM e o PI comprometeram-se a resolver os problemas de desempenho através do envolvimento e do diálogo, embora ainda existam problemas de comunicação entre ambas as partes.	A MRM deve conduzir campanhas de sensibilização e envolvimento mais frequente das partes interessadas e deve considerar fazê-lo em colaboração com o PI. A MRM e o PI devem estabelecer e implementar conjuntamente processos claros que lhes permitam resolver problemas em conjunto, melhorar continuamente o OGM e prevenir futuras queixas e danos.

4 CONCLUSÃO

Este relatório do Monitor Independente é uma ferramenta para a aprendizagem contínua. Destaca os desafios significativos enfrentados pelo OGM e avalia o seu desempenho com o objectivo de apoiar e auxiliar a MRM, o Painel Independente e o Secretariado do Painel Independente a implementar um OGM que proporcione um acesso efectivo à reparação às pessoas que sofreram impactos adversos, incluindo vítimas de graves violações dos direitos humanos relacionadas com as operações da MRM.

4.1 Desenvolvimentos futuros

Desde o encerramento do período de avaliação, a MRM e o Painel Independente tomaram algumas medidas significativas para abordar algumas das questões levantadas neste relatório, incluindo:

- Agendamento de um workshop para o segundo trimestre de 2022, a ser dinamizado por um mediador. O objectivo do workshop é que a MRM e o Painel Independente cheguem a acordo sobre como abordar algumas questões e riscos significativos enfrentados pelo OGM.
- Iniciar um projeto de investigação liderado por peritos externos que apoiarão o Painel Independente prestando consultoria sobre possíveis estratégias de remediação para determinados tipos de queixas em que existam provas limitadas. No momento em que este artigo foi escrito, a investigação estava em curso e a conclusão estava prevista para o segundo trimestre de 2022.
- Aumentar os esforços de envolvimento das partes interessadas da MRM, incluindo através de uma campanha de envolvimento da comunidade para recolher feedback sobre o OGM e também representando o OGM num evento organizado pelo Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH).

4.2 Comentários Finais

No geral, o OGM melhorou desde a fase piloto, cujos resultados fortaleceram o OGM, tendo em conta que a MRM e o Painel Independente (PI) demonstraram o seu empenho no mesmo. Como resultado, mais queixas estão a ser investigadas através de processos de Nível 1 e Nível 2 e alguns queixosos começaram a ter acesso a recursos. Além disso, muitos requerentes cujas queixas foram processadas referem estar satisfeitos com o tratamento e os resultados do OGM. A MRM e o PI têm também sido proactivos na identificação e no desenvolvimento de soluções para alguns dos problemas que o OGM enfrenta, embora muitas soluções ainda não tenham sido totalmente implementadas.

No entanto, o OGM tem vários problemas significativos que estão actualmente a limitar a sua capacidade de fornecer reparação aos queixosos, particularmente quando o queixoso alega graves violações de direitos humanos. A procura pelo OGM é muito elevada entre as comunidades locais e os problemas internos estão a afectar a capacidade do OGM para resolver e remediar casos, bem como para gerir problemas, à velocidade necessária. Garantir que as vítimas de violações genuínas dos direitos humanos recebem reparação está no cerne do propósito do OGM. O OGM está sob uma pressão significativa e a MRM e o Painel Independente precisam de reforçar a sua relação e garantir que todas as medidas são tomadas o mais rapidamente possível para que o OGM possa atingir o seu propósito e contribuir para um maior usufruto dos direitos humanos entre as pessoas que vivem dentro e ao redor da área mineira da MRM.

O Monitor Independente continuará a interagir com a MRM, o Painel Independente e o Secretariado do Painel Independente para monitorar o desempenho do OGM. O Monitor Independente apresentará um relatório sobre os progressos realizados no próximo relatório de progresso que abrangerá o período compreendido entre 1 de dezembro de 2021 e 31 de maio de 2022.